



Serviços ecossistêmicos culturais: estratégias de valorização do patrimônio cultural no Parque Estadual Cunhambebe (RJ)

Cultural ecosystem services: strategies for valuing cultural heritage in Cunhambebe State Park (RJ, Brazil)

Hedinene Silva da Costa, Daniel Fonseca de Andrade,
Maria Amália Silva Alves de Oliveira

RESUMO: A provisão de serviços ecossistêmicos culturais em unidades de conservação é essencial para a promoção da sensibilização pública e a conservação da natureza. No Brasil, estudos sobre o tema são incipientes. O presente artigo tem o objetivo de apresentar as estratégias de valorização do patrimônio cultural empreendidas nas ações de Educação Ambiental do Parque Estadual Cunhambebe entre os anos de 2013 e 2021. Para isso, utilizou-se de uma abordagem qualitativa com metodologia baseada na análise de conteúdo. A investigação foi realizada por meio da análise de 22 relatórios de ação de Educação Ambiental e entrevistas com 2 guardas-parques da unidade de conservação. A partir desta averiguação, identificaram-se sete estratégias que compõem os serviços ecossistêmicos culturais do parque e que foram promovidas nas ações de Educação Ambiental: as trilhas interpretativas (Curumim e Ruínas); as Ruínas do Sahy; a narrativa sobre a Pedra da Conquista ou Banquete; a participação da comunidade no Programa de Índio; o diálogo com as comunidades indígenas; os eventos com comunidades quilombolas; e as reuniões com os grupos religiosos de matriz africana. Resultados demonstram um avanço na direção da implantação das diretrizes dos serviços ecossistêmicos culturais no parque. Por fim, sugerem-se proposições para o aprimoramento das ações de Educação Ambiental e das estratégias de valorização do patrimônio cultural na unidade de conservação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental; Áreas Protegidas; Serviços Ambientais.

ABSTRACT: The provision of cultural ecosystem services in protected areas is essential to promote public awareness and nature conservation. In Brazil there are only a few studies on the subject. This article aims to present the strategies for valuing cultural heritage adopted in the environmental education of activities at Cunhambebe State Park between 2013 and 2021. To that end a qualitative approach has been adopted, with methodology based on content analysis. The investigation involved the analysis of 22 reports of environmental actions and interviews with 2 park rangers from the protected area. The investigation identified seven strategies promoted in environmental education actions and composing the park's cultural ecosystem services, namely: interpretive trails (Curumim and Ruins); the Sahy ruins; the Pedra da Conquista or Banquete narrative; community participation in the Indian Program; dialogue with indigenous communities; events with quilombola communities; and meetings with religious groups of African-based religions. Results show progress towards the implementation of cultural ecosystem services guidelines in the park. At the end we make suggestions for improving environmental actions and strategies for valuing the cultural heritage in this protected area.

KEYWORDS: Environmental Education; Protected Areas; Environmental Services.

Introdução

É no contexto do debate ambiental, entre os anos de 1960 e 1970, que emerge o uso do termo Serviços Ecossistêmicos (SE), que identifica e nomeia os benefícios que a natureza fornece para os seres humanos. A difusão do termo tem o seu marco no ano de 2005, com a publicação do relatório da Avaliação Ecossistêmica do Milênio (*Millenium Ecosystem Assessment*) (MEA, 2005), encomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esse relatório avaliou os impactos do ser humano no meio ambiente com foco nos ecossistemas, na degradação e em formas de conservação e uso sustentável da natureza (Neto; Lopes, 2020). Para Constanza *et al.* (1997), os SE são de extrema relevância para o bem-estar dos seres humanos.

Segundo Joly *et al.* (2019, p. 13), a Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (BPBES, da sigla em inglês), define SE como “benefícios que o ser humano obtém dos ecossistemas, derivados, direta ou indiretamente, das funções ecossistêmicas”. Para os autores, tais serviços existem independentemente do uso ou demanda humana.

No Brasil e na América Latina, no entanto, um outro conceito é também utilizado, Serviços Ambientais (SA), que pode ser encontrado inclusive incorporado em políticas públicas e em sistemas de compensações ambientais (Joly *et al.*, 2019). Para Semarnat (2003), SE e SA são sinônimos. Porém, para Joly *et al.* (2019), o conceito de SA é utilizado especificamente para designar “os serviços prestados pela natureza que decorrem de alguma intervenção humana (manejo conservacionista, restauração ambiental, etc.), e que por fim resulta no fornecimento dos serviços ecossistêmicos” (p. 15).

Diante das possíveis diferenças que os dois conceitos possam ter, este trabalho se utilizará do conceito de SE assim como proposto pela Semarnat (2003), ou seja, considerando SE e SA como intercambiáveis.

Uma das políticas públicas brasileiras que faz uso do conceito de SA, a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), instituída pela lei nº 14.119/2021, classifica os SE em cinco modalidades: i) provisão, pois fornecem bens como água, extratos, fibras, alimentos e outros; ii) suporte, que mantêm a continuidade da vida na Terra como a polinização, a decomposição de resíduos, a manutenção da biodiversidade e outros; iii) regulação, que está relacionado a manutenção dos processos ecossistêmicos como a purificação do ar, o sequestro de carbono, a minimização de enchentes e secas, a moderação de eventos climáticos extremos e outros; iv) ambientais, que constituem-se pelas atividades que favorecem a manutenção ou recuperação dos serviços ecossistêmicos, e v) culturais, que englobam os serviços não materiais como a recreação, a identidade cultural, as experiências espirituais, estéticas e do desenvolvimento intelectual, o turismo, entre outros (Brasil, 2021).

O reconhecimento da existência de SE culturais reafirma o valor da natureza não apenas por seus papéis ecológicos e ambientais, mas também na formação de identidades humanas individuais e coletivas. Esse fato corrobora a necessidade de se fortalecer o debate sobre os SE culturais que são fornecidos por áreas protegidas, um assunto que, segundo Costa (2022) e Pivôto *et al.* (2022), ainda é pouco estudado. Reforça também a importância de se legitimar o caráter pedagógico do patrimônio cultural, que deveria estar integrado às ações de Educação Ambiental desenvolvidas nesses espaços. Para Scifoni (2022), esse fortalecimento do debate sobre os SE culturais em áreas protegidas e o reconhecimento do papel pedagógico do patrimônio cultural na Educação Ambiental são estratégias que podem fortalecer a mobilização de grupos sociais em torno de suas trajetórias e vivências, e propiciar a problematização de seus territórios, de seus modos de vida e o questionamento de políticas públicas.

Nesta perspectiva, este trabalho tem como enfoque os serviços ecossistêmicos culturais (Joly *et al.* 2019) no Parque Estadual Cunhambebe (PEC). Mais especificamente, o artigo tem o objetivo de apresentar as estratégias de valorização do patrimônio cultural empreendidas nas ações de Educação Ambiental executadas no PEC entre os anos de 2013 e 2021.

Cabe destacar que este estudo foi realizado no âmbito do mestrado profissional em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), concluído pela primeira autora no ano de 2023.

Material e Métodos

Nesta pesquisa de abordagem qualitativa, a geração dos dados se deu a partir de duas técnicas: da análise de conteúdo (Bardin, 2011) de 22 relatórios de ação de Educação Ambiental, executadas entre os anos de 2013 e 2021, com enfoque nos aspectos culturais do PEC; e da análise das entrevistas realizadas com dois guardas-parques identificados, neste trabalho, por códigos (G1 e G2). Para Oliveira *et al.* (2003), a análise de conteúdo é um método de investigação de documentos que tem como objetivo categorizar e realçar de maneira exaustiva e objetiva todas as unidades de sentido do texto, com a finalidade de oferecer parâmetros que permitam realizar inferências sobre a realidade. Detalhes do procedimento metodológico podem ser acessados na dissertação¹ que dá origem a este estudo. Ressalta-se que a pesquisa obteve autorização prévia da Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas (DIRBAPE/INEA) e aprovação do Comitê de Ética de Pesquisa.

Parque Estadual Cunhambebe

O Parque Estadual Cunhambebe (Figura 1) foi criado através do Decreto Estadual n.º 41.358 de 13 de junho de 2008 (Rio de Janeiro, 2008). Está localizado na região sul do estado do Rio de Janeiro, estabelecido no bioma Mata Atlântica, inserido na zona núcleo 1 da Reserva da Biosfera de Mata Atlântica, e compõe o mosaico de Unidades de Conservação que formam o Corredor Ecológico Tinguá-Bocaina (Maurenza *et al.* 2017).



Figura 1: Parque Estadual Cunhambebe.

Figure 1: Cunhambebe State Park.

Fonte: Google Earth (2023).

Source: Google Earth (2023).

Enquanto Unidade de Conservação (UC), o PEC tem um papel integrador. Ele viabiliza o corredor de Mata Atlântica citado acima ao estabelecer a conexão de florestas das regiões de Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba, no litoral sul fluminense, com as florestas da região serrana do

estado (Reserva Biológica do Tinguá, Parque Nacional Serra dos Órgãos, Parque Estadual Três Picos e, de modo descontínuo, até o Parque Estadual do Desengano) (Rio de Janeiro, 2015).

A sede administrativa do parque está localizada no município de Mangaratiba, que é um dos 27 municípios que compõem a Zona Costeira Marinha do estado do Rio de Janeiro, com aproximadamente 50 km de orla no continente (Figura 1) e diversas ilhas (Rio de Janeiro, 2019). De acordo com dados do Atlas da Mata Atlântica (Sosma, 2021), o município de Mangaratiba é constituído por 26.907 hectares de vegetação nativa de Mata Atlântica, representando 75,50% do bioma original no município, que é também banhado pelo oceano Atlântico. Ainda, é portador de um legado de memórias subterrâneas (Pollak, 1989) do período de escravização no Brasil (Gomes, 2019). Oficialmente, este legado está retratado nos aspectos culturais, sítios arqueológicos e ruínas de edificações que compõem o patrimônio histórico e cultural de Mangaratiba (Rio de Janeiro, 2015).

Patrimônio Cultural e Unidades de Conservação: Parque Estadual Cunhambebe

A articulação entre unidades de conservação, Educação Ambiental, ecoturismo e a provisão de SE culturais constitui-se como uma estratégia efetiva no combate ao desmatamento, na proteção e conservação das florestas e da biodiversidade (Zaú, 2014). Para o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), a valorização do patrimônio cultural é um ponto forte no apoio ao planejamento de circuitos turísticos nas unidades de conservação (Rio de Janeiro, 2015).

Segundo Oliveira (2015), uma parte relevante do bioma da Mata Atlântica guarda vestígios significativos da relação histórica das populações que habitaram e deixaram um legado considerável na sua estrutura, composição e funcionalidade. Para o autor, a Mata Atlântica foi, e em parte, ainda é habitada por diversos grupos sociais, como as comunidades descendentes de etnias indígenas, populações miscigenadas, remanescentes de quilombos ou grupos provenientes de imigração, como caiçaras.

A região sul fluminense, onde está localizado o PEC, ilustra o que está posto no parágrafo acima: o seu litoral é habitado por populações caiçaras; os municípios de Angra dos Reis e Paraty abrangem três Terras Indígenas Guarani (Bracuí, Araponga e Parati-Mirim); e no entorno do PEC são encontradas quatro comunidades quilombolas: Quilombo Alto da Serra-Angra dos Reis/ Rio Claro; Quilombo Santa Rita do Bracuí-Angra dos Reis; Fazenda Santa Justina e Santa Izabel-Mangaratiba; Quilombo Ilha de Marambaia-Mangaratiba (Mapa de Quilombos do Rio de Janeiro, 2023)², remanescentes de um período em que a localidade foi um grande polo de comércio de escravizados, no século XIX (Lourenço, 2010).

Nesse contexto, parte do que convencionou-se chamar de “paisagem natural” nas áreas protegidas, como o PEC, constitui-se como um produto da agência e do trabalho humano, já que segundo Fraser *et al.* (2016), os valores

culturais de um povo moldam a diversidade de espécies de uma região, através dos rituais e maneiras de se compreender a natureza. Assim, se essa paisagem for contemplada como natural por práticas pedagógicas, suprimirá dela a sua história, o papel dessa agência e desse trabalho (Oliveira, 2015).

Quanto ao patrimônio cultural em UC, o Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo, diretriz que orienta a criação de UC estaduais no Rio de Janeiro, prevê a criação de Zonas Históricas-Culturais (ZHC). Essas zonas são áreas com amostras de patrimônios histórico, arqueológico, paleontológico e cultural, com a finalidade de conservação, uso científico e educação (Rio de Janeiro, 2010).

Já quanto ao PEC, especificamente, o seu Plano de Manejo indica como um dos objetivos de sua criação, a garantia da continuidade dos SA. Para isso, tem como uma das atividades contidas no seu Programa de Educação Ambiental, o estímulo à percepção dos SE pelas comunidades do entorno e visitantes (Rio de Janeiro, 2015).

Além disso, o Plano de Manejo também determina a ZHC da UC, constituída por bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) do estado do Rio de Janeiro. Esses bens estão localizados na Serra Piloto, entre os municípios de Mangaratiba e Rio Claro. Constituem, assim, a ZHC do PEC, a Ponte Bela (Ribeirão das Lajes) e o complexo de ruínas no seu entorno imediato, que inclui a ruína Alminhas, o Mirante do Imperador e o Bebedouro da Barreira na RJ 149, antiga Estrada Imperial que atravessa áreas da UC. Entretanto, o documento menciona que outras áreas podem vir ser incorporadas a ZHC em fases de prospecção arqueológicas futuras (Rio de Janeiro, 2015).

Ainda, o Plano de Manejo também prevê que as ações executadas no âmbito do seu Programa de Educação Ambiental devem incentivar a realização de pesquisas sobre as construções históricas existentes na área da UC. Da mesma forma, devem promover atividades de interpretação ambiental com objetivo de levar os visitantes a entenderem a importância do patrimônio cultural (Rio de Janeiro, 2015). A seguir, serão descritas as sete estratégias de valorização do patrimônio cultural do parque identificadas pela pesquisa nas ações de Educação Ambiental do PEC entre os anos de 2013 e 2021. Essas são as estratégias por meio das quais o parque busca estimular, nos visitantes, a percepção dos SE culturais pelas comunidades do entorno e visitantes.

Resultados e Discussão

Os resultados revelam o esforço realizado pelo parque para a incorporação de valores culturais a suas práticas pedagógicas e de gestão. Esses valores se referiram aos SE culturais incorporados na execução de práticas de Educação Ambiental no PEC e no entorno da sua sede, e foram executados por meio de sete estratégias diferentes, conforme consta na Figura 2, abaixo, que será detalhada a seguir:



Figura 2: Estratégias de Valorização do Patrimônio Cultural no PEC.

Figure 2: Strategies for Valuing Cultural Heritage in the PEC.

Fonte: Autoria Própria (2023).

Source: Own authorship (2023).

I) Trilhas Interpretativas- Trilhas interpretativas são instrumentos pedagógicos que oferecem possibilidades de se desenvolver habilidades para reconhecer a interação humana nas paisagens (Oliveira, 2015). No entorno da sede do PEC, duas trilhas se constituem como estratégias permanentes de Educação Ambiental: a Trilha do Curumim e a Trilha das Ruínas.

A Trilha do Curumim (Figura 3) foi criada no ano de 2016, logo após a inauguração da sede administrativa, no ano de 2015. Sua criação se deu pela necessidade de se ter um espaço mais próximo da sede para promover atividades de Educação Ambiental com escolas.



Figura 3: Trilha do Curumim.

Figure 3: Curumim Trail.

Fonte: Arquivo Pessoal.

Source: Personal Archive.

Inicialmente, o manejo da trilha foi feito até o leito do Rio Sahy, dentro do parque, utilizando elementos do espaço natural (por exemplo, os guarda-corpos foram feitos de bambu). Posteriormente, a equipe de guardas-parques identificou o potencial de se trazer acessibilidade à trilha e ampliar o atendimento ao público. Após as adaptações necessárias, a Trilha do Curumim se tornou a primeira trilha sensorial e com acessibilidade para pessoas com deficiência motora, mental, intelectual e visual no PEC, o que viabilizou a possibilidade de ações com as escolas de educação especial da região.

Ao longo do seu trajeto de aproximadamente 350 metros, é possível conhecer diversas espécies da flora e fauna nativa da Mata Atlântica, especialmente da avifauna. De acordo com dados levantados pela equipe de guardas-parques do PEC, já foram avistadas 82 espécies de aves, sendo quatro ameaçadas de extinção, e uma na categoria em perigo, cujo nome científico é *Jodopleura pipra* (Anambezinho). Além disso, a trilha apresenta um viveiro de mudas nomeado pela equipe do PEC de Juçaral, local onde se realiza a dispersão de sementes da palmeira Juçara, nativa da Mata Atlântica e ameaçada de extinção.

Durante as atividades com as escolas, as crianças têm a oportunidade de fazer a dispersão da semente e com isso ajudar a produzir novas mudas, que são utilizadas nas ações de plantio de mudas nativas. Da mesma forma, no percurso, é possível avistar árvores exóticas, que também são aproveitadas para inserções pedagógicas. Por exemplo, guardas-parques responsáveis pelas trilhas, ao se aproximarem de uma das jaqueiras presentes no local, abordam o tema das espécies exóticas e as transformações na paisagem ocasionada pela sua presença.

A trilha foi projetada para trabalhar as questões ambientais *in situ*, e durante o percurso, é possível encontrar por exemplo, um cesto com lixo para se trabalhar a questão do descarte de resíduos, e um banco de madeira no meio da floresta, que convida o visitante a ter um momento de imersão e desenvolver as suas percepções sensoriais. A Trilha do Curumim foi considerada pela gestão do PEC a principal área de interpretação e Educação Ambiental na zona de amortecimento (a trilha está fora e é adjacente ao parque) e constitui-se o principal acesso a Trilha das Ruínas.

A Trilha das Ruínas é uma continuidade da Trilha do Curumim, e foi criada entre os anos de 2017 e 2018, após a realização de uma atividade rotineira de monitoramento ambiental no parque. Nessa atividade, a equipe de guardas-parques encontrou, escondidas pela vegetação, ruínas de uma construção, localizadas após o leito do Rio Sahy. Há uma hipótese, em estudo, de que essas ruínas podem ser remanescentes de um grande casarão, que teria sido parcialmente utilizado para o armazenamento de pessoas escravizadas. A chegada às ruínas é o final de um trajeto que é composto também, na atividade interpretativa, por espécies nativas da flora e fauna da Mata Atlântica e espécies exóticas, como a jaqueira mencionada acima. Há placas que sinalizam o percurso até as Ruínas do Sahy.

II) Ruínas do Sahy- De acordo com informações compartilhadas pela equipe de guardas-parques, as Ruínas do Sahy (Figura 4) são do século XVIII. Restam nelas fragmentos de janelas, escadas e paredes, parcialmente cobertas pela vegetação. Provavelmente, foi uma construção com dois pavimentos, sendo a parte inferior, o espaço de armazenamento de pessoas escravizadas e a parte superior, a casa principal. Essa construção teria sido um lugar estratégico para o tráfico ilegal de escravizados por estar próximo a cursos hídricos.



Figura 4: Ruínas do Sahy.

Figure 4: Sahy Ruins.

Fonte: Arquivo pessoal (2021).

Source: Personal Archive.

Apesar da existência de uma ZHC e diversas trilhas ecológicas na UC, este estudo verificou que é recorrente a execução das ações de Educação Ambiental, especificamente, por uma questão de acesso, nas trilhas interpretativas que estão no entorno da sede administrativa do PEC. Assim, embora o ZHC identifique outros bens de valor cultural no parque, como a Ponte Bela (que corta o Ribeirão das Lajes) e o complexo de ruínas que inclui a ruína Alminhas, o Mirante do Imperador e o Bebedouro da Barreira na RJ 149, antiga Estrada Imperial (Rio de Janeiro, 2015), não foram identificados registros de práticas educativas nesta ZHC.

Por outro lado, considerando a possibilidade de incorporação de outras áreas no ZHC (Rio de Janeiro, 2015), caso o Plano de Manejo venha a ser revisado, sugere-se a inserção da Trilha das Ruínas no ZHC do PEC. Essa trilha, como visto acima, reúne características que potencializam a manutenção dos serviços culturais da UC, oferece oportunidade de recreação, de desenvolvimento intelectual e da identidade cultural.

Além disso, a Trilha das Ruínas apresenta viabilidade para o planejamento e realização de atividades de ecoturismo, baseadas no tripé composto por Educação Ambiental, produção de benefícios para as

comunidades locais e garantia da conservação dos recursos naturais (Rio de Janeiro, 2015; Neiman, 2021). Também, recebe um manejo que oferece acessibilidade e pode produzir benefícios diretos para as comunidades do entorno. Por fim, as trilhas interpretativas Curumim e Ruínas possuem potencial, já evidenciado, para que as escolas da região da UC coadunem o ensino teórico com as práticas educativas.

III- Pedra da Conquista ou Banquete - É um afloramento rochoso localizado na zona de amortecimento do parque (Figura 5). Este é um lugar que retrata a memória de resistência e luta de uma ancestralidade que compõe a identidade cultural brasileira, no período de escravização (século XIX), na região de Mangaratiba. A história utilizada durante as trilhas interpretativas se trata de uma narrativa, reproduzida oralmente pela comunidade local e utilizada nas visitas monitoradas pelos profissionais do PEC.



Figura 5: Pedra da Conquista ou Banquete.

Figure 5: Stone of Conquest or Banquet.

Fonte: Arquivo Pessoal (2021).

Source: Personal Archive (2021).

De acordo com a tradição oral, um grupo de escravizados (mulheres, crianças e homens), cansados dos castigos de seu feitor, resolveram armar uma emboscada para matá-lo. Após o ato, saquearam alimentos e bebidas e subiram todos para o topo da pedra, onde comeram, beberam e dançaram comemorando o feito. Após a festa, se lançaram do alto da Pedra da Conquista/Banquete, cometendo suicídio coletivo. Segundo a história oral, para os escravizados, o suicídio era a única maneira de conquistarem a liberdade e renascerem na África.

Durante as trilhas guiadas, os guardas-parques compartilham a narrativa, com a intenção de propor reflexões em torno de memórias culturais e questões do período escravização, que constituem a formação do povo brasileiro e a natureza que compõe o PEC (Laraia, 2001; Brandão, 2009; Oliveira, 2015).

IV) A participação da Comunidade no Programa de Índio - O Programa de Índio (Figura 6) foi uma iniciativa cultural empreendida pelo PEC com aproximadamente 10 edições entre os anos de 2016 e 2018.



Figura 6: Programa de Índio.

Figure 6: Indian Program.

Fonte: Facebook Parque Estadual Cunhambebe (2016).

Source: Cunhambebe State Park Facebook (2016).

O projeto foi criado com a intenção de se integrar a comunidade circundante através da valorização de aspectos culturais existentes na região, por meio de atividades que despertavam a memória cultural, valorizavam a identidade da comunidade e aproximam diferentes saberes que compõem o território ampliado da UC. Exercia, assim, a manutenção dos SE culturais.

O Programa de Índio reafirmou o reconhecimento do patrimônio cultural do PEC, ao reunir os saberes locais e oportunizar o diálogo. Além disso, estimulou a percepção dos SE (Brasil, 2021) através de práticas educativas realizadas com as comunidades recebidas, como oficinas sensoriais, trilhas interpretativas, a realização de um cine ambiental, plantios e doações de mudas e rodas de conversas. Fazia também a divulgação da produção de agricultura familiar do entorno. Conforme menciona, o entrevistado G2.

O programa de índio não tinha fronteira e a gente sempre buscava a presença das culturas aqui. Já teve meditação, apresetação do quilombo tanto da Marambaia como o do Alto da Serra. Isso era parte da característica do evento, trazer um tipo de resgate cultural da região (...) exposição dos produtos que são regionais e a valorização disso já era uma forma de resgate.

Apesar do potencial da iniciativa de gerar vínculos entre a comunidade e a UC, os registros indicam que o projeto não foi permanente, tendo finalizado em 2018.

V- Diálogo com comunidades indígenas- Os diálogos com comunidades indígenas constituíram-se por visitas da equipe de guardas-parques nas comunidades indígenas do entorno. Essas visitas tinham a finalidade de buscar parcerias que pudessem trazer culturas indígenas para as ações do parque, considerando o contexto histórico e a figura do cacique Cunhambebe,

homenageado com o nome da UC. Foi encontrado apenas um registro sobre essa ação nos relatórios. Contudo, essa iniciativa é identificada como uma estratégia que pode fortalecer futuras ações educativas e colaborar com o planejamento de ações sustentáveis na UC.

VI- Eventos com a comunidade quilombola- As ações de Educação Ambiental executadas nas comunidades quilombolas do entorno do PEC são destacadas como estratégias de valorização cultural, pois promovem a divulgação dos saberes das comunidades tradicionais. Os eventos foram caracterizados pelo deslocamento do corpo técnico do PEC até os quilombos e o protagonismo da comunidade ao compartilhar sua história, apresentar a sua cultura através da música, danças e da culinária local, ou seja dialogar, dançar, comer e brincar.

VII- Reuniões com grupos religiosos- As reuniões com grupos religiosos de matriz africana ocorreram como estratégias de diálogo para entender as questões culturais dos rituais realizados nas cachoeiras e avaliar possibilidades de ordenamento das práticas espirituais no PEC. Apesar de identificar apenas relatórios pontuais, a iniciativa revela uma ação que pode ser continuada, pois sugere o reconhecimento dos benefícios espirituais da floresta.

O diálogo com as comunidades indígenas, quilombolas e grupos religiosos no entorno da UC se correlacionam com as diretrizes do Plano Nacional de Áreas Protegidas, que se fundamenta na valorização dos aspectos éticos, étnicos, culturais, estéticos e simbólicos da conservação da natureza (Brasil, 2006). Além disso, as estratégias que caracterizam a valorização do patrimônio cultural no PEC levantam possibilidades de se pensar o reconhecimento do caráter pedagógico do patrimônio cultural sob outras perspectivas, por exemplo, de historicizar a floresta e desnaturalizar a concepção hegemônica de patrimônio (Gil; Possamai, 2014).

Essas estratégias, inclusive, demonstram o quanto a valorização do patrimônio cultural pode produzir sentidos, potencializar o agir e afetar os campos de existências e (re)existências individuais e coletivas (Carvalho, 2012) dos sujeitos que vivenciam direta e indiretamente as UC. No entanto, para Costa e Andrade (2022), ainda há poucas pesquisas que exploram a valorização do patrimônio histórico e cultural do parque.

A realização deste estudo, assim, tem o objetivo de apresentar as estratégias existentes e incentivar a valorização do patrimônio cultural do parque dentro das atividades de Educação Ambiental do PEC, justamente com a finalidade de se explicitar a existência de uma floresta cultura que coexiste sem oposição a uma floresta natureza (Oliveira, 2015), evidenciando, portanto, a potencialidade dos SE culturais na UC.

Por fim, fica a sugestão para que a UC invista no aprimoramento dessas estratégias existentes, como por exemplo, a consolidação do diálogo com as comunidades tradicionais que vivem no entorno, a retomada das ações do Programa de Índio e a incorporação da dimensão cultural na oferta de formação continuada para professores e professoras das redes de ensino da região, de forma que sejam capazes de trazer a UC para o cotidiano escolar por meio de um conjunto de diferentes disciplinas.

Conclusão

Um dos objetivos da criação do Parque Estadual Cunhambebe é assegurar a manutenção dos SA, como por exemplo, o SE cultural que abrange a recreação, o turismo, a identidade cultural, experiências espirituais, estéticas e o desenvolvimento intelectual. Para tanto, a Educação Ambiental é um importante caminho visando o envolvimento da sociedade com a UC e a conservação da diversidade natural, cultural e histórica.

Este trabalho apresentou as sete estratégias de valorização do patrimônio cultural que permeou as ações de Educação Ambiental entre os anos de 2013 e 2021, no PEC. São elas: as trilhas interpretativas (Curumim e Ruínas); as Ruínas do Sahy; Pedra da Conquista ou Banquete; a participação da comunidade no Programa de Índio; o diálogo com as comunidades indígenas; os eventos com a comunidade quilombola; e as reuniões com os grupos religiosos de matriz africana. Com isso, gerou informações que divulgam as ações e evidenciam alguns SE culturais do PEC para as comunidades do entorno e visitantes. Ainda que tais benefícios sejam tímidos, compreende-se que eles já representam um avanço por estarem caminhando na direção das diretrizes elencadas na proposta dos SE que, como apresentado no início deste trabalho, constituem-se em serviços cujos mecanismos de manifestação incidem em máxima relevância para o bem-estar dos seres humanos.

Por fim, este trabalho faz algumas proposições que podem contribuir para o aprimoramento da gestão operacional da Educação Ambiental na UC: a consolidação do diálogo permanente com as comunidades tradicionais do entorno; a oferta de formação continuada de professores das redes de ensino dos municípios do entorno em Educação Ambiental, contemplando a dimensão do patrimônio cultural; a retomada e permanência de eventos que priorizem o protagonismo das comunidades tradicionais na UC; e a inserção da Trilha das Ruínas no Zoneamento Histórico Cultural da unidade de conservação.

Agradecimentos

Agradecemos a coordenação e equipe de guardas-parques do Parque Estadual Cunhambebe, por suas contribuições imprescindíveis para a realização deste estudo.

Notas

¹ Disponível em: <<https://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-rj-22082022.pdf>>.

² Análise das Ações de Educação Ambiental em Unidades de Conservação no Estado do Rio de Janeiro: Parque Estadual Cunhambebe. Disponível em: <<http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/13849>>.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRANDÃO, C. R. Vocação De Criar: Anotações sobre a Cultura e as Culturas Populares. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 138, set. /dez. 2009.
- BRASIL. **Lei 14.119** de 13 de janeiro de 2021. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política.
- BRASIL. **Decreto Lei nº5.758**, de 13 de abril de 2006. Aprova o Plano Nacional de Áreas Protegidas. Brasília. 2006.
- CARVALHO, I. C. de M. **Educação Ambiental: a formação do Sujeito Ecológico**- 6 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- COSTANZA' R., d'Arge, R., de Groot, R. et al. O valor dos serviços ecossistêmicos do mundo e do capital natural. **Nature** 387 , 253–260 (1997).
- COSTA, P. Serviços Ecossistêmicos Culturais Em Áreas Protegidas: Uma Análise das Publicações sobre o tema. Parque Estadual do Desengano, Rio de Janeiro. Periódico: **Anais** do Uso Público em Unidades de Conservação. v. 10 n. 15 (2022). p. 55-66. <<https://doi.org/10.47977/2318-2148.2022.v10n15p.59>>. Acesso em 02 de jun 2024.
- COSTA, H.; ANDRADE, D. F. de. As pesquisas no Parque Estadual Cunhambebe com destaque para a Educação Ambiental e o patrimônio histórico e cultural: resultados de uma revisão sistemática integrativa. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 17, n. 1, p. 79–95, 2022.
- FRASER, J.A. et al. Cultural valuation and biodiversity conservation in the Upper Guinea forest, West Africa. **Ecology and Society**, v. 21, n. 3, 2016.
- GIL, C.Z de V; POSSAMAI, Z.R. Educação Patrimonial: Percurso, Percepções e Apropriações. **Mouseion**. n. 19. Canoas, 2014. p.13-26.
- GOMES, L. **Escravidão**.1ª Edição. São Paulo.2019.
- JOLY, C.A. et al. **1º Diagnóstico Brasileiro de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos**. Editora Cubo, São Carlos. 2019. pp.351. <<https://doi.org/10.4322/978-85-60064-88-5>>. Acesso em 02 de jun 2024.
- LARAIA, R. B. 1932. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- LOURENÇO, T.C.P. **O Império dos Souza Breves nos oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim Breves – 199f.**; Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História- 2010.
- MAURENZA, D. et. al. **Lista da flora das Unidades de Conservação estaduais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson. Estúdio, 2018.
- MEA. (Millennium Ecosystem Assessment): Ecosystems and Human Well-being: Synthesis Washington, DC: Island Press; 2005.

NETO, S.; LOPES, Ma. Diferentes pontos de vista geram debate sobre o termo “serviços ecossistêmicos”. **ComCiência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, dossiê 221, outubro de 2020.

NEIMAN, Z. Análise da evolução do Ecoturismo e outros segmentos derivados nos últimos 30 anos. Palestra proferida durante o II Seminário de Ecoturismo e Conservação – PPGEC – UNIRIO, **Revista Ecoturismo e Conservação**, v. 3 n. 01. 2021.

OLIVEIRA, R. R. de. “Fruto da terra e do trabalho humano”: paleoterritórios e diversidade da Mata Atlântica no Sudeste brasileiro. **Revista de História Regional**. 2015. Volume 20. p 277-299.

OLIVEIRA, E. et al. Análise de Conteúdo e Pesquisa na Área da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 4, núm. 9, 2003, pp. 1-17.

PIVÔTO, A. S. et al. Serviços Ecosistêmicos Culturais em Áreas Protegidas: Uma Revisão da Literatura. **CULTUR**. Ano 16. N. 01.2022. ISSN: 1982-5838. P.1-31.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RIO DE JANEIRO, **Decreto Estadual nº 41.358**, de 13 de junho de 2008. Cria o Parque Estadual Cunhambebe e dá outras providências.

RIO DE JANEIRO. **Roteiro metodológico para elaboração de planos de manejo**: parques estaduais, reservas biológicas, estações ecológicas. Instituto Estadual do Ambiente. Rio de Janeiro: INEA, 2010.

RIO DE JANEIRO, **Resolução INEA nº125**. Aprova o Plano de Manejo do Parque Estadual Cunhambebe. Rio de Janeiro, 2015.

SCIFONI, S. Patrimônio e Educação no Brasil: O Que Há De Novo? **Revista Educação & Sociedade**. Campinas Volume 43. 2022. P.1-13.

SEMARNAT. **Saber para proteger: introducción a los servicios ambientales**. Mexico. Centro de educación y capacitación para el Desarrollo Sustentable, 2003.

SOSMA. Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica. período 2020-2021. Relatório Técnico. SOS Mata Atlântica. São Paulo. 2022. Disponível em: <https://cms.sosma.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Sosma-Atlas-2022-1.pdf>>. Acesso em 02 de jun 2024.

ZAÚ, A. S. A conservação de áreas naturais e o Ecoturismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 7, n. 2, p. 290-321, 2014.

Hedinene Silva da Costa: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: hedinene@edu.unirio.br

Link para o ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5026-1549>

Daniel Fonseca de Andrade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: daniel.andrade@unirio.br

Link para o ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1784-8329>

Maria Amália Silva Alves de Oliveira: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: m_amali@hotmail.com

Link para o ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5702-5511>

Data de submissão: 6 de outubro de 2023

Data de recebimento de correções: 31 de novembro de 2023

Data do aceite: 14 de abril de 2024

Avaliado anonimamente